



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL
Diretoria de Apoio à Gestão Alimentar

Belo Horizonte, 18 de março de 2019.

JUSTIFICATIVA

Objeto: Fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na **forma transportada**, destinadas ao **Presídio de Resende Costa e o Presídio de São João Del Rei**, de forma a assegurar uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas. As refeições deverão ser destinadas aos sentenciados e servidores públicos a serviço nas Unidades.

DA NECESSIDADE FÁTICA DO FORNECIMENTO:

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, foram inseridos no art. 5º direitos e garantias fundamentais para a pessoa presa, dentre as quais se destaca:

“III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

(...)

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;”

A Lei de Execução Penal visando atender as prerrogativas constitucionais traz em seu art. 41:

“Art. 41 - Constituem direitos do preso:

I - alimentação suficiente e vestuário;”

Direito este garantido ainda pelo Código Penal, que em seu art. 38 diz:

“Art. 38 - O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.”

Deste modo, assevera-se que é dever do Estado garantir o cumprimento da lei, assegurando a alimentação adequada aos sentenciados. Torna-se, portanto, necessária a instauração de procedimento licitatório para o fornecimento desta alimentação, atendendo ao disposto no art. 12 da Lei 7.210 de 1984, e visando, assim, à manutenção da integridade física e à promoção da saúde dos comensais. Por meio da promoção de uma alimentação balanceada aos sentenciados e servidores a serviço nas unidades prisionais, torna-se, então, o processo de ressocialização mais digno e humanitário.

A Diretoria de Apoio à Gestão Alimentar, em uma busca incessante pela melhoria do processo de contratação e execução do fornecimento alimentar, analisou as diversas possibilidades da prestação do serviço e identificou, então, que a licitação em lote de unidades poderia trazer melhor vantagem financeira do que a realizada individualmente, bem como concluiu que o fornecimento transportado traz maior benefícios à execução do serviço, razões pelas quais foram, assim, simulados os valores para licitação dos contratos do **Presídio de**